2.438,502, acrescida de 880,520 de juros, que, como reitor do Liceu de Castelo Branco, despendeu com diversas obras urgentes dos gabinetes e laboratórios do Liceu para que este pudesse funcionar como central, utilizando neste intuito, durante a sua gerência de 1918-1919, com autorização superior, a verba destinada para a construção do gymnásio;

Reconhecendo-se que as obras realizadas muito contribuíram para tornar mais proficuo o ensino nas classes complementares do Liceu, não podendo também deixar de admitir-se que às referidas obras, promovidas com o louvável propósito de melhorar as condições materiais da instalação liceal, presidiu a melhor probidade e zêlo profissional;

Atendendo a que pelo n.º 11.º do artigo 13.º do regimento do Conselho Superior de Finanças se acha previsto o relevamento da responsabilidade em que os conselhos administrativos sujeitos à sua jurisdição hajam incorrido por darem aplicação diferente a receitas ou dotações a outro fim destinadas, contanto que se verifique que essas despesas reverteram em proveito do estabelecimento que representam, e assim ocorreu no caso vertente;

Considerando ainda que a verba a que se recorre para a execução das aludidas obras, sendo manifestamente insuficiente para a construção do gymnásio a que era destinada, se mantinha improduttiva, e que da utilização dada a uma parte daquela verba só resultaram vantagens para o Liceu e de nenhum modo prejudicou aquela construção, cuja execução depende ainda da concessão da verba indispensável para a realizar;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É relevado o professor José de Sousa Vieira da responsabilidade em que incorreu, como reitor do Liceu de Nun'Álvares, em Castelo Branco, applicando à instalação dos gabinetes e laboratórios do mesmo Liceu parte da verba que fôra destinada à construção do gymnásio do referido Liceu, considerando-se de tal modo justificadas as despesas realizadas com os documentos apresentados na conta de gerência respeitante ao ano económico de 1918-1919.

Art. 2.º É autorizada a restituição da quantia de 3.318,522, que pelo citado professor foi paga, como reposição das verbas com que, na conformidade dos acórdãos do Conselho Superior de Finanças de 5 de Março de 1921, de 15 de Julho de 1922 e de 18 de Dezembro de 1926, foi obrigado a entrar nos cofres do Tesouro, devendo este pagamento realizar-se pela verba, inscrita no orçamento autorizado para o ano económico em vigor, destinada ao pagamento de despesas de anos económicos findos.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêles se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 1 de Fevereiro de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—Luís Maria Lopes da Fonseca—António de Oliveira Salazar—João Namorado de Aguiar—Luís António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.*

Direcção Geral do Ensino Primário e Normal

Repartição Pedagógica

Portaria n.º 6:640

Atendendo aos serviços prestados às freguesias de Matriz e Conceição, do concelho da Horta, pelo Sr. coronel Silva Leal, e ao que foi proposto pelo governador civil da Horta: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Instrução Pública, que ao edificio das escolas primárias das referidas freguesias seja dado o nome daquele official.

Paços do Governo da República, 30 de Janeiro de 1930.—O Ministro da Instrução Pública, *Gustavo Cordeiro Ramos.*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Secretaria Geral

Decreto n.º 17:920

Considerando que é absolutamente indispensável que todos os serviços de administração autónoma do Ministério da Agricultura dependentes das Direcções Gerais do Fomento Agrícola e dos Serviços Pecuários se regulem por normas gerais comuns, por forma a tornar possível não só a existência de uma escripturação idêntica para todos elles, mas também a colheita de dados estatísticos comparáveis entre si;

Considerando que só por uma escripturação rigorosa e cuidada se pode chegar a conclusões seguras, quer ellas sejam de simples ordem económica, quer de carácter científico;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro da Agricultura:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É aprovado o regulamento anexo a este decreto e que dêle faz parte integrante.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Agricultura assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 11 de Janeiro de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Henrique Linhares de Lima.*

Regulamento de administração dos estabelecimentos autónomos do Ministério da Agricultura

CAPÍTULO I

Conselhos administrativos

Artigo 1.º Os organismos de investigação, fomento e assistência agrícola ou pecuária dependentes do Ministério da Agricultura terão autonomia administrativa e regularão a sua administração, contabilidade e escripturação segundo as normas fixadas por este regulamento.

§ único. Ficam excluídos os serviços florestais e aquícolas e a Bolsa Agrícola, que continuarão a reger-se pelos diplomas especiais que regulam a sua administração.